

Lula assusta o comércio

593

A candidatura de Luís Inácio Lula da Silva poderá ser combatida por 1,3 milhão de empresas (95% delas, pequenas e micros) filiadas a 27 associações comerciais de todo o País, que em reunião de ontem em Brasília definiram essa posição e o início da campanha junto às associadas. O encontro foi dirigido pelo presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), César Rogério Valente, que também se negou a formalizar apoio a Fernando Collor de Mello, com o argumento de ser impedido estatutariamente de tomar posições político-partidárias.

A oposição a Lula não significa, no entanto, que a CACB esteja seguindo qualquer orientação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. "Não reconheço Mário Amato como representante legítimo dos empresários brasileiros", disse Valente. "Amato é apenas presidente de uma entidade de um segmento empresarial e está usando ilegítimamente a representatividade que lhe foi outorgada por alguns empresários."

Alguns dos comerciantes que estavam na reunião admitiram que Collor é o candidato natural do setor, embora também existam restrições ao programa do PRN. Eles temem a imposição de um novo congelamento de preços, nos moldes do Plano Cruzado. Collor não nega ser admirador do falecido ministro da Fazenda Dílson Funaro. E sua principal colaboradora na área econômica, Zélia Cardoso de Mello, é prima de João Manoel Cardoso de Mello. Funaro e João Manoel foram dois dos responsáveis pelo plano. "Todo desvirtuamento na política de livre mercado merece repúdio", afirmou Valente. É o caso do Cruzado, que para ele não passou de "um acesso de demagogia eleitoral".

Embora convocada para analisar o programa dos dois candidatos, a reunião deteve-se exclusivamente na avaliação de uma estratégia para combater o PT. Em nota oficial divulgada durante a entrevista coletiva de Valente, os empresários afirmam "princípios de defesa da livre iniciativa e da economia de mercado".

Na opinião de Valente, o programa da Frente Popular que apóia Lula é incompatível com os princípios da CACB, "por seu caráter socializante, radical e anti-democrático". E segundo a nota oficial dos empresários, o PT "defende expressamente o controle da economia pelo Estado, monopolizando os meios de produção e distribuição".